

Missionários dizem que Funai age por interesse

O Conselho Indigenista Missionário informou que a demissão do delegado regional da Funai no sul, Francisco Brasileiro, em nada contribuirá para alterar a política adotada pelo órgão junto às comunidades indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng: "Há um monstruoso jogo de interesses dentro da Funai — afirmam os missionários — colocando sempre em confronto a fundação, preocupada em seguir o Estatuto do Índio e o seu Departamento Geral do Patrimônio Indígena que, na verdade, é uma grande empresa voltada para o lucro".

"Dentro de mais algumas semanas — continuam — se verá que de pouco adiantou afastar o delegado regional em Curitiba, pois tudo continuará como antes: a madeira de lei dos índios desaparecendo, a renda indígena sumindo sem que o índio, nem o povo brasileiro fiquem sabendo para onde vai. Na verdade, o que ocorre entre Funai e DGPI é o seguinte: Quando o conflito se torna tão agudo chegando até a opinião pública,

exigindo uma posição do órgão, a Funai, procura "bodes expiatórios", demitindo funcionários e arrumando paliativos para continuar tudo na mesma de antes".

Para o CIMI, a solução para o DGPI é a sua proscrição total. "O Departamento Geral do Patrimônio Indígena — afirmam — já foi qualificado por um alto funcionário da Funai na Associação Brasileira de Antropologia, realizada em 1976, de "monstro". Este órgão mantém a linha dominante da Funai, ditada pelo Ministério do Interior, uma linha empresarial voltada para a obtenção de lucros nas áreas indígenas, não levando em conta a presença dos índios".

Segundo o Cimi, a influência do DGPI é mais sentida no sul do país e agora também está se estendendo para a Amazônia. A Funai justifica estes projetos pelo fato da verba destinada ao órgão ser insuficiente para o cumprimento dos programas prioritários.